

Equilibrista e emergencial: abrangência, universalidade e territorialidade na construção da lei de emergência cultural Aldir Blanc

Equilibrista y emergencial: alcance, universalidad y territorialidad en la construcción de la ley de emergencia cultural Aldir Blanc

Michele Dacas¹

Resumo

O objetivo deste estudo é refletir sobre a construção da lei de emergência cultural Aldir Blanc no contexto da crise sanitária e do modelo capitalista a partir da transversalidade de temas como direitos culturais, políticas de cultura, e diversidade com as concepções de universalidade e singularidade presentes na metodologia dialética da abordagem do materialismo cultural. A circunstância na qual é construída a lei revela o amadurecimento da relação entre a atuação do Estado e as organizações sociais face a necessidade de articulação coletiva e horizontal num cenário de emergência, mas também traz à luz o legado das mobilizações das últimas décadas ocorridas nos termos da institucionalização da cultura nacional e seus múltiplos e territórios. A partir da articulação das bases com setores públicos e políticos foi possível criar estrategicamente a lei de emergência Aldir Blanc para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade em que se encontra o setor cultural em meio a crise sanitária e ao desmonte institucional. Essa lei além de assegurar renda aos trabalhadores da cultura nesse período, aponta instrumentos que podem transformar não só o contexto eminente, mas também indicar novos horizontes para a construção popular das políticas públicas de cultura. Com isso, esse estudo ainda inicial visa refletir seus objetivos também em torno de autores como Victor Vich, Antonio Albino Rubim, Raymond Williams e Adriano Parra, como perspectivas teóricas para fundamentar a análise processual do objeto a partir de documentação e prática de observação participativa como metodologia para o entendimento da etapa de elaboração e execução dessa lei em uma conjuntura tão complexa e excepcional para a cultura e que atingiu de modo dramático as comunidades e os setores independentes da sociedade civil, e os trabalhadores de cultura em geral.

Palavras-Chave: Estado e Organizações Culturais; Lei Aldir Blanc; Materialismo Cultural; Políticas Públicas de Cultura;

Resumen

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre la construcción de la ley de emergencia cultural Aldir Blanc en el contexto de la crisis de salud y el modelo capitalista a partir de la transversalización de temas como los derechos culturales, las políticas culturales y la diversidad con las concepciones de universalidad y singularidad presentes en el metodología dialéctica de aproximación al materialismo cultural. La circunstancia en la que se construye la ley revela la maduración de la relación entre el desempeño del Estado y las organizaciones sociales ante la necesidad de articulación colectiva y horizontal en un escenario de emergencia, pero también saca a la luz el legado de las movilizaciones de las últimas décadas que se dieron en el marco de la institucionalización de la cultura nacional y sus múltiples y territorios. A partir de la articulación de las bases con los sectores público y político, se logró crear estratégicamente la ley de emergencia Aldir Blanc para enfrentar la situación de vulnerabilidad en la que se encuentra el sector cultural en medio de la crisis de salud y en su desmantelamiento institucional. Esta ley, además de asegurar recursos para los trabajadores culturales en este período, señala instrumentos que pueden transformar no solo el contexto eminente, sino también señalar nuevos horizontes para la construcción popular de políticas públicas culturales. Además de esto, este estudio inicial también pretende reflejar sus objetivos en torno a autores como Víctor Vich, Antonio Albino Rubim, Raymond Williams y Adriano Parra, como perspectivas teóricas para apoyar el análisis procedimental del objeto desde la documentación y la práctica de observación participativa como metodología para la comprensión de la etapa de elaboración y ejecución de esta ley en un contexto tan complejo y excepcional para la cultura y que afectó de manera dramática a comunidades y sectores independientes de la sociedad civil, y trabajadores de la cultura en general.

¹ (Doutora em Comunicação Social pela UFMG; relações públicas do departamento de culturas e comunicação da UNILA; Foz do Iguaçu, Paraná-Brasil; michele.dacas@gmail.com).

Palabras claves: Organismos estatales y culturales; Ley Aldir Blanc; Materialismo Cultural; Políticas Públicas de Cultura;

1. Introdução

A lei Aldir Blanc está sendo compreendida por muitos agentes não apenas pelo seu caráter emergencial, mas como estratégica para o futuro das políticas culturais do Brasil, na perspectiva de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e por consequência dos sistemas estaduais e municipais. E também por ter sido articulada por parlamentares em conjunto com as bases, por meio de fóruns virtuais regionais que envolveram entidades, gestores e agentes locais e nacionais da cultura. Essa articulação permitiu a elaboração de uma proposição e a aprovação de uma lei que atendesse a diversidade da cultura brasileira e que pudesse descentralizar recursos e ter maior controle social. Com esse caráter colaborativo, a lei pode ser direcionada a real demanda dos fazedores de cultura, considerando tanto o que se encontram na linha de frente, assim como o que estão na base de sustentação da cadeia produtiva cultural.

2. Perspectiva teórica-metodológica

Durante a pandemia as condições precárias de trabalho, o colapso dos sistemas de saúde, a desigualdade da ocupação do espaço urbano com a falta de moradia e mobilidade para todos, os acessos e usos limitados das tecnologias em rede, a sobrecarga sobre as mulheres, a ausência de soberania alimentar, a pobreza, a exploração e violência sobre a população negra, a devastação do meio ambiente, e, sobretudo, a correlação de todos esses elementos com o aprofundamento do plano de austeridade do liberalismo e do imperialismo sobre os países de capitalismo periférico da América Latina se tornou ainda mais dramático e evidente. segundo Calil (2007), o peruano Mariátegui foi um dos primeiros expoentes do pensamento socialista revolucionário latino-americano, que inaugurou um autêntico pensamento marxista a partir de procedimentos metodológicos na interpretação da realidade da América Latina, que aproximaram categorias de democracia, revolução e socialismo às reivindicações indígenas. Pela premissa da impossibilidade de um projeto nacional autônomo das burguesias latino-americanas e a inviabilidade que as mesmas desempenhassem qualquer papel revolucionário, aos moldes clássicos, e tendo em vista que a classe operária peruana era demasiadamente reduzida, Mariátegui sentia a necessidade de estudar sua cultura e sua

história. Propôs buscar “*nas tradições incaicas elementos que permitissem uma aproximação entre as reivindicações indígenas – em especial a reconquista da terra expropriada pelo latifúndio – e a perspectiva socialista revolucionária*” (CALIL, 2007, P.2). Reflexão mariateguiana de expansão e radicalização da política com base nos movimentos camponeses indígenas diante da inexistência de um projeto “nacional” de desenvolvimento capitalista nos aproxima do marxismo como possibilidade não só de entendimento da realidade local, mas também de elucidar caminhos a partir da potência de nossas próprias organizações e resistências de base popular e comunitária.

Resgatar pensadores marxistas como Mariategui se faz necessário principalmente diante desse cenário de retrocesso que estamos vivenciando na América Latina. Embora, com os últimos governos populares da região tivemos avanços no que refere a autonomia, aos setores sociais, eles ocorreram sem uma mudança profunda, as conquistas se diluíram rapidamente. Porque esses governos populares não se desmercantilizaram, não obtiveram esforços em descolonizar, e nem em despatriarcalizar. Centraram sua política no sistema vigente de poder. E num contexto de pandemia essas fragilidades de um modelo de capitalismo periférico se tornaram mais evidentes. No entanto, a metodologia dialética também nos ensina a olhar a realidade a partir das suas contradições. Justamente no Brasil, país latino-americano no qual aprofunda-se o liberalismo e o domínio dos países imperialistas, é que setores populares e institucionais ligados ao campo da educação, e da cultura tem debatido amplamente as políticas culturais e as condições de trabalho no cenário da covid-19. Universidades, gestores, organizações comunitárias, políticos e trabalhadores do campo cultural em geral estão desde maio de 2020 formando redes de discussão, e também de articulação através de conferências que resultaram na lei de emergência cultural Aldir Blanc.

Fruto de uma forte mobilização social do campo artístico e cultural brasileiro, a lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020, oriunda do PL 1075, foi construída através de conferências que se espalharam virtualmente por territórios e que extrapolaram os limites da geografia física, reunindo artistas, gestores e fazedores de cultura para a distribuição de cerca de R\$3 bilhões do fundo nacional ao setor cultural no brasileiro. Mesmo em uma circunstância política improvável, dominada pelo desmonte da cultura, essa lei que já encontra-se em vias de implementação, surge justamente por ser resultado de uma construção coletiva, formulada de baixo para cima, das bases populares às plenárias do parlamento. Com articulação e apropriação das novas tecnologias esses setores se organizaram por web-conferências locais,

nacionais e estaduais realizadas como plataformas políticas para debate, formulação, tramitação e aprovação do PL 1075 pelo Congresso Nacional.

Entretanto, se faz necessário aqui, em correspondência a perspectiva dialética do método marxiano, compreender a historicidade desse objeto que é a aprovação da Lei Aldir Blanc em pleno governo Bolsonaro, e após aos sucessivos ataques, como a própria destituição do Ministério da Cultura em governos antecessores. Portanto é fundamental historicizar a construção/desconstrução das políticas públicas e o sistema nacional de cultura para compreender que a mobilização popular de cultura não começou na noite de domingo do dia 03 de maio de 2020 com a primeira webconferência da cultura sobre a Lei Emergência Cultural. Esse processo vem desde 2003, quando o Brasil começa a ter políticas estruturantes para a política cultural brasileira e com isso incorporar valores do campo político; como democratização, participação, representação, deliberação, organização, etc. Uma movimentação que antes se restringia ao eixo Rio-SP, passou a se alastrar em rede nacional, com a politização do campo da cultura por todo território brasileiro. O setor passou a se organizar e a fazer suas reivindicações, impulsionado com a articulação de conferências, planos, conselhos, fóruns, câmaras setoriais, consultas e deliberações online, criação do sistema nacional de cultura e programa cultura viva. A criação da lei Aldir Blanc, em um momento tão difícil para a cultura brasileira, é expressão dialética da permanência da politização do campo cultural em meio ao desmonte político da cultura.

A historicidade das políticas públicas de cultura, é fundamental para a análise da construção da lei Aldir Blanc e todas as contradições que envolvem o seu processo de elaboração e se estendem a sua implementação. Além disso, serão utilizados aqui como corpus de análise a observação de webconferências, a coleta de depoimentos nessas reuniões, os dados, elementos e conceitos presentes na documentação da lei, seus decretos e regulamentações. Elementos que em seu conjunto serão interpretados com base em autores como Parra (2020) que interpretam, a luz do legado de pensadores como Mariatégui, a possibilidade de estudar a cultura a partir do método marxista, compreendendo-o para além dos equívocos da interpretação economicista. Trata-se da abordagem do materialismo cultural reflexão que, segundo Parra (2020, p.142), *“procura estabelecer os nexos causais, historicamente determinados, entre a produção material da vida social e as diversas instâncias morais, artísticas, religiosas, políticas, jurídicas etc. que dela emergem”*.

3. Considerações Parciais

A partir das reflexões acima, entendemos que a abordagem do materialismo cultural dá conta de analisar as contradições da realidade que envolvem as políticas de cultura e suas possibilidades de implementação e construção. Principalmente se estiverem amparadas a luz de expoentes do método marxista latino-americano como foram as contribuições culturais e históricas de Mariátegui desde uma reflexão local. Essa metodologia não serve apenas à compreensão como também para apontar caminhos desde a dimensão do comunitário e da elaboração articulada de modo horizontal, em rede e com participação das bases populares. Por essas discussões expostas nos interessa seguir e aprofundar esta análise à luz das referidas teorias, a execução da Lei ALdir Blanc, uma lei que foi construída de baixo para cima, para refletir sobre o panorama do seu impacto e a sua continuidade no pós-pandemia com base nessa relação entre o universal e o particular, a partir do materialismo cultura e dialético.

Referências bibliográficas

CALIL, Gilberto. *O marxismo de Mariátegui e a revolução na latino-americana: democracia, socialismo e o sujeito revolucionário*. Disponível em: // [www.uel.br/grupo-pesquisa/geral/segundo gepal/GILBERTO%20 CALIL.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/geral/segundo_gepal/GILBERTO%20CALIL.pdf). Acesso em: julho de 2007.

PARRA, Adriano. *Para uma compreensão materialista da cultura: crítica à gnosiologia formal das objetivações sociais*. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo, Revista semestral, v.8, n.14, p. 140-175. jan/jun 2020. Disponível em: www.niepmarx.blog.br/revistadoniep. Acesso em 25 de set. 2020. (Artigo em Periódico Digital)

VICH, Victor. *Desculturalizar a cultura: Desafios atuais das políticas culturais*. Dossiê “Políticas culturais na América Latina”. Ano 5, número 8, semestral, out/2014 a mar/ 2015. Disponível em www.pragmatizes.uff.br. Acesso em 05 de set. 2020. (Artigo em Periódico Digital)

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da Esperança*. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. 494 p. (Obra completa)